

Plataforma do Calote

A proposta de moratória interna combinada com o recongelamento dos preços — atribuída ao líder do PFL, senador Carlos Chiarelli — soa como toque de gongo em um boxe violento: o difícil é saber quem irá para a lona nocauteado. As possibilidades são de que a economia privada brasileira sofra muito mais, como consequência de uma medida desse tipo, que o lado febril e doente da economia estatal.

Moratória e congelamento simultâneos podem ter efeito desastroso sobre a poupança interna, antes de mais nada. Quem estaria sendo devastado no primeiro momento devedor da economia brasileira, nesta hora, senão o poupador em benefício do devedor? E quem é o maior devedor da economia brasileira, neste momento, senão o próprio Estado, que se financia através de recolhimentos compulsórios sobre as cadernetas de poupança, letras do Banco Central e outras formas de absorção direta e indireta de recursos para cobrir o déficit público? O desembarque da poupança rumo aos ativos especulativos seria instantâneo.

Do congelamento, todos os brasileiros guardam uma lembrança muito clara: pela absoluta incompetência política do governo para realinhar os preços relativos, provocou-se um estampido inflacionário na cabeceira deste ano, que ameaça empurrar o país para a estagflação, ou pior, para a hiperinflação com recessão.

Além de tudo isso, a moratória interna pode absolver a União, os estados e os municípios pelo descontrole dos seus gastos, pode desarticular a caixa das organizações privadas e introduzir uma profunda desconfiança sobre os mecanismos de captação de poupança. Quebrada a credibilidade, quem vai voltar a depositar, e quando?

Moratória na dívida externa e congelamento de preços foram as plataformas com as quais o PMDB instalou sua campanha para chegar ao poder. As lideranças que hoje desfrutam do poder falaram essa linguagem e uma vez no comando não querem se responsabilizar por medidas corretivas que não rendem dividendos políticos. Seria inadmissível esperar *replay* do espetáculo de incompetência e descomprometimento com o futuro do país partindo do PFL. Basta um só caráter político fraco. O Brasil não resistiria a dois.

Moratória e congelamento somente poderiam ser pensados se surgissem num contexto de amplo comprometimento do Estado com os sacrifícios que a tecnoburocracia recusa-se a aceitar, pois implica reduzir seu poder, suas mordomias e sua capacidade de

continuar torpedeando as instituições privadas. Moratória e congelamento sem corte no déficit público apenas perpetuariam uma situação onde as verdadeiras causas da inflação continuariam intocadas e intocáveis, reduzindo-se o custo da dívida pública para a União, que seria a grande beneficiária de não ter que pagar juros aos depositantes. Essa espécie de calote na poupança ocorreu com o cruzado e, quando os brasileiros despertaram para seus efeitos reais, já era muito tarde. A inflação mascarada no ágio devorou o poder de compra do dinheiro, a queima de reservas mascarou os efeitos sobre o câmbio e o custo financeiro real dos investimentos de longo prazo criou a situação de desequilíbrio que hoje muitas empresas privadas estão amargando. Entrementes, o setor público se compensa através de aumentos de tarifas e de impostos.

Não há como pensar em moratória e congelamento sem que antes o Estado coloque sobre a mesa, claramente, o preço que está disposto a pagar para o ajuste da economia. Sem o compromisso público na frente, moratória e congelamento repetirão a dose de violência e frustração que recaiu sobre as costas do setor privado, com o fracasso do cruzado. Um fracasso cuja origem é e continua sendo o peso do próprio Estado.

Moratória e congelamento somente se tornariam viáveis num horizonte onde ficasse claro o privilégio para o investimento produtivo a longo prazo em empresas de capital aberto, onde a moldura para o investidor estrangeiro saísse do limbo onde foi jogada, e onde imediatamente se iniciasse o processo de desestatização da economia.

Os caminhos são claros: é possível desenvolver um capitalismo popular neste país, com ampla participação dos empregados das estatais nas ações das empresas privatizadas, e chamadas para aumento de capital que poderiam atrair a poupança interna e externa sem riscos de desnacionalização. Isto seria muito melhor que manter a sobrevivência das caixas numa ciranda financeira onde os índices de preços foram garfados e os juros reais desapareceram. Moratória e congelamento não podem ser tratados fora de um compromisso geral de mudança da sociedade, pois do contrário tudo se resumirá numa tentativa frustrada de repetir os cambalachos que sepultaram o cruzado. Todos já sabem demais qual a diferença entre um plano sério e a deslavada demagogia em que o PMDB fundeu seu barco, sempre em proveito próprio. Com esse tipo de canoa furada o PFL apenas cavará mais fundo o seu próprio fosso.